

**VOLPI, Franco. *O Niilismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. ISBN: 85-15-01931-0**

Cláudia Bhrenna Falcão Castro<sup>1</sup>

Franco Volpi foi um filósofo italiano e professor de História da Filosofia da Universidade de Pádua. Também lecionou em universidades da Europa, Canadá e América Latina. Publicou obras como “Heidegger e Brentano” (1976), “O Renascimento da Filosofia Prática na Alemanha” (1980), “Heidegger e Aristóteles” (1984), “Dicionário de Trabalhos Filosóficos” (2000), entre outros.

“O Niilismo” foi publicado pela primeira vez em 1996, em Roma, e posteriormente traduzido para várias línguas. Nesta obra, Volpi quis apresentar, ao longo dos quinze capítulos, um itinerário da história do conceito e do problema do niilismo.

No primeiro capítulo, intitulado *Itinerarium Mentis In Nihilum*, o autor remonta ao final do século XVIII e início do século XIX, quando a palavra aparece em meio às controvérsias que marcaram o nascimento do idealismo alemão. À palavra “Niilismo” associa-se o rompimento de valores e conceitos tradicionais. No século XX, apresenta-se como “expressão de esforços artísticos, literários e filosóficos voltados para a experimentação do poder do negativo e para a vivência de suas conseqüências” (pág. 7), trazendo “à luz o profundo mal-estar que abre como rachadura a autocompreensão de nosso tempo” (pág. 7). Nietzsche aparece como o primeiro grande profeta e teórico do Niilismo. Embora o autor considere Górgias o primeiro niilista ocidental, e apresente outros tantos filósofos como verdadeiramente importantes nessa ordem de idéias; como Fridegísio de Tours, com seu *De substantia nihili et tenebrarum*, Charles de Bovelles, no seu *Liber de nihilo*, Leopardi, com sua tese inscrita no *Zibaldone*, entre outros.

O capítulo seguinte, Turgueniev e sua pretensa paternidade, ocupa-se de expor a reivindicação do escritor russo, autor de *Pais e Filhos* (1862), pela criação do termo niilismo. O icônico Bazarov seria, segundo Turgueniev, o representante deste movimento. No entanto, como demonstra a reconstrução histórica do niilismo, o termo já fora empregado antes na própria Rússia, e fora dela, por N. I. Nadezdin, em 1829, no artigo “A reunião niilista”; e também por M. N. Katkov, na revista *O Contemporâneo*. Mas, Volpi assinala, embora Turgueniev não seja o pai do termo, a ele deve-se a sua popularização, haja vista a polêmica que o autor esteve submetido depois da publicação de *Pais e Filhos*.

No capítulo três, Niilismo, romantismo, idealismo, o autor remonta aos primeiros filósofos que usaram do termo niilismo, e suas diferentes aplicações. Aparecem neste capítulo pensadores das mais diferentes abordagens: Santo Agostinho, Valter de São Vítor, Goetzius, Pascal, Jacobi, Jean Paul, Friedrich Schlegel, expoentes do idealismo alemão, como Fichte, Schelling, Hegel etc. Fica claro, após a apresentação desses autores, o deslocamento em que o sentido da palavra “niilismo” assumiu em vários momentos do pensamento filosófico.

No capítulo O niilismo no sentido social e político e sua origem francesa, Franco Volpi apresenta o emprego do termo “niilismo” como categoria de análise de crítica social empregado por autores hostis ao iluminismo e à Revolução Francesa.

O capítulo seguinte, O niilismo sem fundamento de Max Stirner, dirige atenção à primeira teorização autêntica de uma posição filosófica que pôde ser definida como niilismo, ainda que o uso do conceito tenha sido omitido. Stirner, na sua obra principal, *O único e sua*

---

<sup>1</sup> Graduanda em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Filosofia).

propriedade, pretende “pôr abaixo todos os sistemas filosóficos, toda e qualquer abstração ou idéia, tudo, enfim, que se arrogue a impossível tarefa de exprimir a ‘indizibilidade’ do único” (pág. 33).

No capítulo seis, Niilismo, anarquismo e populismo no pensamento russo, Volpi observa que a agitação social e a atmosfera cultural do final do século XIX na Rússia inflamou a juventude e produziu um movimento de rebelião social e ideológica que extrapolou o âmbito dos debates filosóficos e permeou toda a conjuntura social. Autores como Pisarev, Turgueniev, Tchernychevski, Bakunin, Herzen, Dostoievski, com visões divergentes, influenciaram e inspiraram decisivamente o cenário da Rússia, e, posteriormente, do ocidente. O niilismo transpõe a teorização e passa, também, a ser movimento revolucionário.

Em Niilismo e decadência em Nietzsche, é exposta a reflexão filosófica do “profeta máximo e teórico maior do niilismo” (pág. 43). Neste capítulo é apresentado desde a primeira anotação da palavra “niilismo” feita por Nietzsche, no verão de 1880, até suas conclusões conceituais, ao final da vida. Mistura-se à história do filósofo alemão sua filosofia. A influência de Schopenhauer, Julius Bahnsen, Mailänder, Eduard Von Hartmann, Dostoievski, Paul Borget é acentuadamente destacada e a construção do percurso do niilismo é didaticamente refeito.

No capítulo oito, Niilismo, relativismo e desencantamento na “cultura da crise”, Nietzsche, através da doutrina do eterno retorno, constata que o conseqüente desencantamento da humanidade produz um politeísmo de valores que gera uma crise em várias instâncias da vida. Contudo, é no poder do racional que Nietzsche enxerga uma espécie de ascetismo mundano que considera e aceita a finitude a única dimensão temporal em que se mesclam êxito ou o fracasso da vida. Neste capítulo são feitas críticas à civilização e é estabelecido, na perspectiva da filosofia da vida, o contraste entre o dionisíaco e o apolíneo, a vida e o espírito, natureza e cultura etc.

Em O niilismo estético-literário, pode-se notar que, em meio às ideias desesperançadas no horizonte da humanidade, a arte aparece como via privilegiada e recurso alternativo para o exercício da racionalidade. Buscando explorar os poderes estético-literários e fazendo uso dos diagnósticos nietzschianos sobrevivem autores como Musil, Bronch, Benn e Jünger. Thomas Mann foi fortemente influenciado e atraído pelo pensamento de Nietzsche e Schopenhauer. Seu *A Montanha Mágica* “oferece-nos, aqui e ali, pensamentos nietzschianos, na boca de seus personagens” (pág. 78). Segundo Volpi, esta experiência estético-literária, aos que experimentaram a fundo a sorte niilista, foi uma tentativa de abrir caminhos para dela sair.

No capítulo dez, Para além do niilismo: Jünger versus Heidegger, é apresentado o debate entre Ernst Jünger e Heidegger, e seus esforços em diagnosticar a situação da época. A discussão teve como tema central o niilismo. Embora adotando posições acentuadamente opostas em diversos momentos, “tanto Jünger como Heidegger convidam-nos a experimentar, em profundidade, o poder do nada, convictos de que só com o desdobramento total do niilismo se chegará à exaustão e, com ela, à possibilidade de ultrapassá-lo” (pág. 95), encontra-se, nesta tese, o ponto onde ambos convergem.

Em Niilismo, existencialismo e gnose, é apresentado o contraponto entre um niilismo radical e uma visão inspirada, mística. Volpi compila de maneira sucinta o pensamento de alguns dos maiores teóricos no quis diz respeito ao pensamento acerca da gnose ou daquilo que o autor chamou de “paradigma gnóstico”. Aparecem, portanto, autores como Heidegger, Jung, Eric Voegelin, Hans Blumemberg, Marx, Nietzsche, Hegel, Jonas; A temática do niilismo também encontrou solo fértil nos ambientes do existencialismo, com nomes como: Sartre, Camus, Bataille, Cioran, Merleau-Ponty, entre outros.

No décimo segundo capítulo, Niilismo, teologia política, secularização, Carl Schmitt aparece como figura importante para o entendimento e elaboração teórica do niilismo, sobretudo, dentro da filosofia política. De posições polêmicas, Schmitt foi e é discutido por

suas teses aos processos de secularização e neutralização advindas de sua investigação acerca do niilismo moderno e contemporâneo.

Sobre Nihilismo, *posthistoire*, fim da história, Volpi destaca dois pensadores que versaram sobre *posthistoire* e “fim da história”, a saber: Alexandre Kojève e Arnold Gehlen. Sem vinculação mútua, tanto Kojève como Gehlen procuraram demonstrar que no ‘fim da história’ ou na era ‘pós-histórica’, pela falta de capacidade da inteligência de “engendrar experiências simbólicas suscetíveis de consenso” (pág. 118) corre-se o risco de reduzi-la “a uma inteligência cínica, que, para eliminar o desconforto da perda de pontos de referência, se compraz e se inebria no aqui e agora, no presente em sua mais puntiforme e efêmera atualidade, no sentido em sua mais imediata consumação” (pág. 118).

No capítulo seguinte, *O niilismo na Itália*, Franco Volpi mostra que a cultura italiana foi sensível às manifestações do niilismo e às tentativas de elaborações teóricas. Embora esquecida pelos historiadores, a palavra “niilismo” foi empregada há muito tempo na língua italiana. Seu conceito é notadamente confuso, mas seu uso aparece de maneira recorrente nas obras de Pasquale Galuppi, em 1845, e, na mesma época, por Carlo Cattaneo, em sentido depreciativo. Francesco de Sanctis faz uso do termo para ressaltar contradições. Volpi destaca que, nos anos 70 e 80, houve um “notável florescimento de estudos sobre o niilismo, num amplo debate marcado pela exigência de uma crítica filosófica dos tempos atuais” (pág. 120). Autores de diversas correntes envolveram-se nas discussões, como Caracciolo, Severino, Pereyson, Sini, Vitiello, Ruggenini, Givone e Cacciari, Vattimo, para citar alguns.

No último capítulo, *Para Além do niilismo*, o autor apresenta as influências provocadas no ocidente, em todos os âmbitos da cultura do nosso tempo, através das questões suscitadas pela discussão sobre o niilismo. Influência esta que confirma o valor e a legitimidade do paradigma da tese niilista. O niilismo, ressalta Volpi, “é hoje expressão do mal-estar profundo de nossa cultura” (pág. 137).